

JUSTIÇA VIRTUAL: A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E A AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA PELO CIDADÃO

VIRTUAL JUSTICE: INFORMATION TECHNOLOGY AND THE EXPANSION OF THE ACCESS TO JUSTICE FOR THE CITIZEN

Paulo Afonso Linhares*

RESUMO: Este estudo mostra como, de forma pioneira, os Juizados Especiais Federais integralmente eletrônicos, “sem papel”, foram introduzidos no âmbito da Justiça Federal da 5ª Região, com enormes avanços no campo processual, especialmente enquanto facilitadores do acesso à Justiça.

Palavras-chave: Direito Processual. Juizados especiais federais. Tecnologia informacional. O acesso à Justiça.

ABSTRACT: This study shows as, in a pioneering way, the Federal Special Courts of small claims integrally electronic, “without paper”, were introduced in the extent of the Federal Justice of the 5th Area, with enormous progress in the procedural field, especially as facilitators of the access to the Justice.

Keywords: Procedural law. Small claims federal courts. Information technology. The access to the Justice.

* Doutorando em Direito da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Advogado. Mossoró – Rio Grande do Norte – Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Um das atividades humanas mais refratárias à incorporação de novos saberes é justamente aquela que envolve o direito. Por isso é que se sedimentou, mormente nos meios acadêmicos, a noção – transfundida em duro preconceito – de que os juristas têm índole conservadora e se vinculam inafastavelmente ao establishment político, seja na elaboração de normas, no aconselhamento para tomada de decisões ou mesmo na administração da Justiça. Entretanto, nos dias que correm, essa velha objeção aos profissionais do direito, essa pesadíssima pecha de conservador, vem de ser desmentida em face da postura ética que têm assumido com a consolidação do Estado Democrático de Direito preconizado na Constituição de 1988, com sobrelevação do elenco de direitos fundamentais nela insertos, ademais da compreensão que demonstram os juristas brasileiros da importância e da inevitabilidade desse gigantesco processo de inovação tecnológica, tanto nos meios de comunicação e de informação quanto mesmo nos domínios das ciências exatas e biológicas, sem esquecer a necessidade de compreensão e de adaptação das sociedades contemporâneas aos novos paradigmas políticos, sociais e econômicos do mundo globalizado.

Por isso é que, depois de um grande período de isolamento (devido, quiçá, ao anseio de uma explicação do direito pelo direito, de um direito puro e afastado de outras fontes explicativas da realidade fenomênica...), os cultores das diversas dimensões do direito assumiram uma postura de aceitação dos avanços científicos e das inovações tecnológicas, com um grau cada vez maior de apropriação dessas conquistas em suas atividades. Há cerca de três décadas, ao incutir em seus alunos de graduação em direito na Universidade de Brasília, noções da teoria geral do direito privado, um grande jurista afirmava que era impossível a certeza científica da paternidade, de modo que, embora *mater semper certa*, o pai era presunção criada pela experiência humana e, como tal, transposta para o direito. Quem poderia imaginar que essa firme assertiva de um dos maiores civilistas brasileiros, o professor José Carlos Moreira Alves, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal e ex-procurador-geral da República, fosse desmentida pelos avanços científicos e tecnológicos que, embrenhando-se nos mistérios da espiral do DNA, construiu um dos mais importantes instrumentos de prova atualmente utilizado nos tribunais, inclu-

sive aquele que estabelece a paternidade à razão de 99,999999% de certeza científica? E foram desmentidas, sim, essa e outras “verdades” sedimentadas.

Este estudo propõe uma reflexão acerca de certo impacto causado pelo aporte da tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário brasileiro, com foco nos juizados especiais federais criados pela Emenda Constitucional nº 22, de 18 de março de 1998, que acrescentou um parágrafo ao art. 98 da Constituição, dispondo sobre “a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal”, e posteriormente regulamentado pela Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, cuja elaboração, segundo Ivan Lira de Carvalho, teve como base amplíssima discussão no âmbito da Justiça Federal, “tendo por gérmen evento com esse fim patrocinado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no Recife, de 24 a 27 de novembro de 1999, precedido de estudos elaborados por comissão constituída por magistrados federais, nomeados por ato da presidência daquela casa para esse específico fim, conforme lembra Agapito Machado, em oportuno artigo. A Associação dos Juizes Federais do Brasil aprimorou os ensaios legislativos, coadjuvada pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal, desenvolvendo em seguida, um aguerrido trabalho de convencimento de setores do Poder Legislativo, dando conta da importância do projeto posto em discussão, culminando com a sua aprovação e sanção”¹.

Após a criação e o início do funcionamento dos Juizados Especiais Federais, os olhos da comunidade jurídica brasileira têm se voltado para eles, não apenas em razão das muitas inovações que trazem no que se refere à estrutura procedimental, mas, sobretudo, pelo pioneirismo na utilização eficiente da tecnologia da informação, de princípio ainda com certa timidez, mas, especialmente, no que respeita à evolução muito rápida que se tem observado na aplicação dessa Lei, com enormes e interessantes alargamentos do processo de apropriação tecnológica sequer nela previstos, embora toda a evolução do processo judicial e dos procedimentos específicos dos Juizados Especiais Federais tenha fulcro no permissivo previsto no art. 24, da Lei nº 10.259/2001 (“Art. 24. O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e as Escolas de Magistratura dos Tribunais

1 CARVALHO, Ivan Lira de. Os Juizados Especiais Federais e as comunicações processuais eletrônicas. Aspectos da Lei nº 10.259/2001. **Jus Navigandi**, Teresina, a. 6, n. 53, jan. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2501>>. Acesso em: 25 fev. 2006.

Regionais Federais criarão programas de informática necessários para subsidiar a instrução das causas submetidas aos Juizados e promoverão cursos de aperfeiçoamento destinados aos seus magistrados e servidores.”).

Claro que cada Tribunal Regional Federal imprimiu seu próprio ritmo a essas inovações, de modo a gerar um enorme e perigoso descompasso entre eles, pois enquanto, por exemplo, o Tribunal Regional Federal da Quinta Região já implantou sistemas altamente avançados, que promovem a completa automação dos processos judiciais (cíveis e criminais) dos Juizados Especiais Federais sob sua jurisdição, outras regiões desenvolvem incipientes inovações nesse campo. Não é sem razão que este estudo não apenas focaliza os impactos da apropriação da TI (sigla pela qual os estudiosos resumem a “tecnologia da informação”), mas “fecha” este foco especificamente sobre a experiência contemporânea e vitoriosa do Tribunal Regional Federal da Quinta Região e Seções Judiciárias por ele jurisdicionadas, o qual ao que parece, desenvolve o mais avançado modelo de processo judicial automatizado, o que numa linguagem singela, pode-se chamar de “processo sem papel”, com completa abolição dos sempre mal-ajambrados “autos processuais”.

E o mais importante nisso tudo: Afora as próprias regras processuais da Lei nº 10.259/2001, todas as outras que permitiram a revolucionária mutação das instituições processuais - e que àquelas não contradizem! – dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, são apenas ínsitas ao sistema informacional implantado, não sendo portanto objeto de qualquer norma jurídica em sentido formal. Tanto que a leitura das disposições da Lei nº 10.259/2001 pouco esclarece sobre os atuais perfis dos processos civil e criminal, além dos respectivos procedimentos, aplicados aos Juizados Especiais Federais, dado que, repita-se, a elas não se contraponham. Isto não apenas quebra a tradição legiferante das instituições jurídicas brasileiras, como oferece uma interessante aproximação com as “procedural laws” do Direito anglo-saxônico, o *Common Law*.

2 A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DA INFORMAÇÃO E SEUS IMPACTOS NAS SOCIEDADES ATUAIS

Qualquer análise, mesmo que breve, da Revolução Tecnológica da

Informação passa por considerações acerca de seus eixos principais, que são a geração/processamento/transmissão da informação, “colocando-os na seqüência que se deslocou rumo à formação de um novo paradigma sociotécnico”, segundo afirmação de Manoel Castells², a partir do desenvolvimento e difusão das novas tecnologias da informação na década de 70 do século XX, embora na base desse processo esteja o marco zero da invenção do transistor, em 1947, pelos físicos Bardeen, Brattain e Shockley, do Bell Laboratories de Murray Hill, no Estado de Nova Jersey, passando pela invenção do circuito integrado por Jack Kilby, engenheiro da empresa Texas Instruments, em 1957, em parceria com Bob Noyce, a quem coube a primazia de fabricar o primeiro circuito integrado, o chamado “processo plano”, ou seja, uma placa de silício que possibilita a miniaturização de componentes em ambiente de integração, com um grau elevado de eficiência e precisão no processo de fabricação, sobretudo com enorme redução nos custos de produção (um circuito integrado teve o seu preço médio de US\$ 50, em 1962, reduzido para US\$ 1, em 1971!), para se completar com a invenção do microprocessador, em 1971, pelo engenheiro da Intel, Ted Hoff, a integração, em um único chip, dos circuitos capazes de processar informações, o que iniciou mais uma corrida para condensar cada vez mais circuitos em um único chip. Após informar que a capacidade de um chip se mede por três critérios “[... sua capacidade de integração, indicada pela menor largura das linhas de condução no interior do chip medida em microns (1 micron = milionésima parte de uma polegada); sua capacidade de memória, medida em bytes: milhares (kbytes) e milhões (megabytes); e a velocidade do microprocessador medida em megahertz.]”, o mesmo Manoel Castells lembra o curioso fato de que, “[...] enquanto em 1971 cabiam 2.300 transistores em um chip do tamanho de uma unha, em 1993 cabiam 35 milhões. Em 1971, a capacidade de memória, indicada com a memória DRAM (memória dinâmica de acesso aleatório), em de 1.024 bytes; em 1980, 64.000; em 1987, 1.024.000; em 1993, 16.384.000;...” saltando para cerca de 256.000.000 bytes, em 1999.³

Esse processo de aceleração tecnológica, possibilitado pelo micro-

2 CASTELLS, Manoel. **A era da informação**: Economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede. p. 57. v.1.

3 Idem, p. 59.

processador, e que Castells, na obra já citada, denomina como “revolução dentro da revolução”, passou a ser cada vez mais veloz, permitindo a construção, em 1975, pelo engenheiro Ed Roberts de Albuquerque, Novo México (EUA), de uma “caixa de computação” denominada, curiosamente, de “Altair”, que serviu de base para os primeiros microprocessadores, que tiveram êxito comercial, o “Apple I” e o “Apple II”, fabricados por dois jovens, Steve Wozniak e Steve Jobs, na garagem da casa de um deles, em Menlo Park, Califórnia (EUA). A empresa criada por ambos, a Apple Computers, iniciou suas atividades em 1976, com um capital apenas de US\$ 91 mil, para atingir, seis anos depois, em 1982, a vultosa cifra de US\$ 583 milhões. Diante desse fenômeno tecnológico e financeiro, a gigantesca IBM não cruzou os braços e lançou, em 1981, o seu microprocessador, a que deu o nome de “Personal Computer”, o popular “PC”, cuja clonagem, praticada à larga no mundo inteiro – contrariamente aos microprocessadores da Apple Computers, com arquitetura absolutamente fechada, apesar de serem máquinas mais potentes – possibilitou a disseminação de um padrão comum, o que fez avançar enormemente a tecnologia dos “PCs”, mormente com o desenvolvimento do “software”, que permitiu ampliação de seus usos, em 1976, obra de dois jovens estudantes, Williams (Bill) H. Gates III e Paul Allen, fundadores da mais poderosa empresa mundial na área de tecnologia da informação, atualmente, que é a Microsoft.

Com efeito, Bill Gates, que ostenta o pomposo título de “Chairman and Chief Software Architect for Microsoft”, é atualmente o homem que detém a maior fortuna pessoal do planeta, já próxima dos US\$ 100 bilhões. Tudo isso foi fruto da inteligente utilização da tecnologia utilizada nos computadores Macintosh, da Apple, em 1984, com o emprego de uma “interface amigável”, com o usuário, a partir da utilizações de ícones acionáveis diretamente da tela do monitor, desenvolvida no Centro de Pesquisas Palo Alto da Xerox, nos EUA: Gates e seus parceiros desenvolveram o sistema operacional Windows, que possibilitou a mais ampla democratização de bens tecnológicos informacionais, ademais de preparar o mundo para o advento da maior revolução tecnológica e cultural da História da humanidade, proporcionada pela construção e pelo desenvolvimento lucífero da Worldwide Web, a grande rede mundial de computadores, a Internet,

como aqui a denominamos, e que somente encontra um (pálido) precedente na revolução criada pela introdução da tipografia de tipos móveis, pelo inventor alemão Johann Gutenberg (c. 1398-1468).

A Web, como se tornou popularizada originou-se do projeto desenvolvido para fins bélicos, pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, em 1969, através de sua Agência de Projetos de Pesquisa Avançada – APRA, que, partindo da idéia simples de proteção de dados, pela descentralização das estruturas de armazenamento de informações, fez com que esses dados ficassem circulando em rede, o que lhe dificultaria a destruição por artefatos nucleares, porquanto se vivia, então, no contexto da chamada “Guerra Fria”. A invenção do TCP/IP, sigla pela qual ficou conhecido o Transmission Control Protocol / Internet Protocol, que designa uma combinação de protocolos estabelecida como o padrão convencional de conexão entre as redes que formam a Internet, por Cerf e Kahn, em 1974, tornou possível um salto enorme no processo de desenvolvimento da humanidade, com a introdução de paradigmas novos em todas as áreas do conhecimento, inclusive o Direito, cujos operadores e instituições a ele vinculadas, em especial os aparatos estatais de administração da Justiça, têm absorvido prontamente todas essas possibilidades tecnológicas, até mesmo as que implicam (e impõem) uma radical mudança de práticas, rotinas e procedimentos.

A partir da Internet, muitos dos paradigmas até então vigentes no Direito, na Ciência Política, na Sociologia ou na Economia, tiveram de ser abandonados, por absolutamente imprestáveis para uma lógica que, ao lado dos espaços geográficos do mundo real, criou novos espaços e um mundo paralelo (virtual), onde fatos também ocorrem. No seu formidável *Tractatus Logico-Philosophicus*, afirma o filósofo LUDWIG WITTGENSTEIN que “o mundo é tudo o que ocorre”, sendo o mesmo mundo composto da “totalidade dos fatos, não das coisas” e “determinado pelos fatos e por isto consistir em todos os fatos”⁴ Assim, se no mundo virtual os fatos, também, ocorrem, sendo ele próprio formado de fatos e por estes determinado, a conclusão lógica é a de que ele se integra no todo, que é o mundo que consiste de todos os fatos.

Entrementes, os fatos cuja totalidade é o mundo, para usar a lógica

4 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. Tradução e apresentação de José Arthur Giannotti. São Paulo: Editora Nacional, 1968. p. 55.

de Wittgenstein, somente podem subsistir como estado de coisas, que nada mais é que “uma ligação entre objetos (coisas)” e “cada coisa está no espaço infinito” e em si “os objetos contêm a possibilidade de todas as situações”, ademais, “cada coisa está como num espaço de estados de coisas possíveis. Posso pensar este espaço vazio, mas não a coisa sem o espaço”.⁵ É justo, nesse ponto, em que as coisas são inseridas no espaço (infinito), a utilidade dessas categorias desenvolvidas pelo filósofo vienense, para este estudo. Ora, para a humanidade, o mundo sempre foi algo referido a espaço, tanto que as duas mais notáveis civilizações da Antiguidade, a da Grécia e a de Roma, se organizaram, respectivamente, nos lindes da polis e da civitas, isto sem mencionar que povos mais antigos, como os egípcios, os mesopotâmicos (sumérios, caldeus e assírios), os chineses e hindus do extremo oriente, tiveram sua história centrada em espaços geográficos, concretas marcações do mundo físico. Para Peter Drucker, a revolução traduzida no aporte da tecnologia da informação seria a quarta na História da humanidade, a começar com a invenção da escrita, há mais de seis mil anos; a segunda relaciona-se com a produção do primeiro livro, na China, por volta de 1.300 a.C.; e a terceira, como já afirmado acima, foi a invenção da impressora e do tipo móvel por Johann Gutenberg, entre 1450 e 1455.⁶ Esses espaços de organização e vivência podiam ser públicos, quando representativos dos equipamentos urbanos de uso comum e de posse coletiva, como as ruas, as praças, determinados sítios ou edifícios; ou privados, quando apropriados por indivíduos determinados ou grupos, que lhes dão utilidade de acordo com a decisão pessoal, e exclusiva, da cada detentor do espaço.

Com a autoridade que lhe é reconhecida, acerca da noção de espaço no mesmo sentido que se emprega neste texto, o professor Milton Santos informa que “o espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal como substancialmente. Hoje, objetos culturais tendem a tornarem-se cada vez mais técnicos e específicos, e são deliberadamente fabricados e localizados para res-

5 *Idem*, p. 56.

6 DRUCKER, Peter. Exame Digital. O *e-Commerce* vai entregar? Na era do comércio eletrônico, a diferença entre uma empresa e outra estará na qualidade da distribuição. **Exame/The Economist**. São Paulo, p. 53-54, abr. 22 dez. 1999. In: MALTA, Maria Lúcia Levy. **Direito da Tecnologia da Informação**. Campinas: Edicamp, 2002.

ponder melhor a objetivos previamente estabelecidos. Quanto às ações, tendem a ser cada vez mais racionais e ajustadas. Convertidos em objetos geográficos, objetos técnicos são tanto mais eficazes quanto melhor se adaptem às ações visadas, sejam elas econômicas, políticas ou culturais”.⁷ Essa noção de espaço, que é ocupado por conjunto (indissociável) de sistemas de objetos, não foge ao figurino traçado, com maior generalidade, por Wittgenstein. O que importa mesmo é aos objetos e às ações existentes num espaço, novos objetos e novas ações aparecem, a cada época, para se juntar àqueles e, sobretudo, impondo modificações ao todo, seja quanto à forma, seja quanto à substância. À guisa de exemplo, tomemos o espaço público, em que tem atuação o Poder Judiciário, mais especificamente, os juízos (ordinários) federais das seções judiciárias vinculadas ao TRF da 5ª Região, aparatos compostos de sistemas de objetos (estrutura administrativa, organização de serviços judiciários, sistemas procedimentais etc.) e ações (processo e julgamentos de ações diversas, execução de julgados etc.). A criação, pela Lei nº 10.259/2001, dos juizados especiais cíveis e criminais, no âmbito da Justiça Federal, não apenas veio trazer novos objetos e novas ações, como também modificações, até bem pouco tempo inimagináveis, a esses espaços. Quem poderia prever que, a partir da singela autorização contida no art. 24, dessa Lei, surgiriam sistemas processuais e estruturas procedimentais, objetos absolutamente inéditos e dotados de grande eficiência na tutela jurisdicional de variados interesses e bens juridicamente protegidos? Quem imaginaria que tais sistemas processuais e estruturas procedimentais ampliariam e simplificariam enormemente o acesso à Justiça, por parte do cidadão, e as demandas de pouca expressão econômica, tudo para tornar cada vez mais efetiva a garantia do inciso XXXV, art. 5º, da Constituição a República? Como seria possível um processo em que os advogados pudessem peticionar, do seu próprio escritório, e aí, também, recebessem diversos atos de comunicação processual, da citação inicial à intimação da sentença, tudo decorrente de um processo sem papel, sem autos processuais? O processo eletrônico é uma realidade, principalmente os que existem nos Juizados Especiais Federais, nas áreas de jurisdição dos TRFs das 4ª e 5ª Regiões. Aliás, em que pesem

7 SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 49.

os enormes avanços observados nos JECCF vinculados ao TRF da 5ª Região, o debut do processo eletrônico dos Juizados Especiais Federais se deu no âmbito do TRF da 4ª Região, com o julgamento pioneiro, em 28.07.2003, da primeira ação (Proc. nº 2003.71.51.000001-5).⁸

Inegável que tudo graças à revolução da tecnologia da informação e ao arrojo daqueles que, quebrando paradigmas assentados e bolorentos, tiveram o descortino de utilizar novas tecnologias, novos saberes e novas possibilidades de ampliação de espaços públicos, para consolidar uma postura de cidadania e estabelecer padrões inéditos na relação Estado-cidadão, harmonizada com a idéia da amplificação em “sistema-mundo” de todos os lugares e indivíduos, a que uns chamam “globalização”, e outros “mundialização”.

Sem embargo, os espaços criados pela Internet, onde ocorrem fatos, que subsistem como estados de coisas, obedecem a essa mesma dicotomia do público e do privado, se bem que o interesse desta reflexão se volte para o primeiro, o espaço público. Só que, contrariamente ao que acontece no mundo real, esses espaços não obedecem a lindes materiais, geográficos, concretos. Aliás, o principal impacto da revolução informacional nas sociedades contemporâneas tem sido as bruscas mudanças estruturais dos espaços públicos, como se houvesse necessidade

8 A notícia publicada ao ensejo desse primeiro julgamento com integral utilização da TI, disponível no site *www.jffs.gov.br*, tinha o seguinte teor: “Tribunal Regional Federal - 4ª Região - 28.07.2003. Juizado Especial Federal de Rio Grande julga no mesmo dia a primeira ação enviada pelo Processo Eletrônico. Sentença foi inserida no novo sistema apenas quatro horas após o ajuizamento O Juizado Especial Federal (JEF) Cível de Rio Grande (RS) implantou hoje (28.07.2003) o Processo Eletrônico e já julgou, em apenas quatro horas, a primeira ação protocolada no Município pela nova modalidade. A rapidez demonstra a agilidade que a inovação pode proporcionar à tramitação dos casos menos complexos. O sistema elimina o uso de papel e dispensa o deslocamento dos advogados à sede da Justiça Federal. A ação é inteiramente virtual, pois todos os atos processuais são realizados em meio digital, desde a petição inicial até o arquivamento. A petição inicial da primeira causa foi remetida pelo Processo Eletrônico às 11h16min desta manhã pelo advogado Jorge Ferreira Porto, representando Augusto Iglesias dos Santos. Morador de Rio Grande e aposentado por tempo de serviço desde 1984, Santos recebe atualmente R\$ 771,31 (setecentos e setenta e um reais e trinta e um centavos) por mês e está pleiteando na Justiça a revisão do valor de seu benefício previdenciário. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi citado às 11h33min, por e-mail. Hoje à tarde, o INSS contestou a argumentação, e a Juíza Federal Cláudia Maria Dadico, titular do JEF Cível, julgou o caso. A sentença foi proferida durante a solenidade de instalação do Processo Eletrônico em Rio Grande e inserida no sistema às 15h14min. A magistrada considerou o pedido de Santos parcialmente procedente e condenou o INSS a recalcular a renda mensal inicial do benefício do segurado, corrigindo pelos índices ORTN/OTN/BTN os salários de contribuição integrantes do período básico de cálculo anteriores aos últimos 12 meses antes da aposentadoria. O Instituto deverá pagar as diferenças relativas às prestações vencidas nos últimos cinco anos e às a vencer. A Juíza, no entanto, considerou prescritas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu o ajuizamento da ação. Tanto o INSS como Santos podem recorrer da decisão à Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul.

de constantes redesenhos capazes de responder, a um só tempo, aos desafios políticos, jurídicos, econômicos e culturais, que se impõem às demandas de sociedades cada vez mais complexas. Essas transformações estruturais “seja no seu entendimento mais lato, enquanto espaço de visibilidade pública; seja no seu entendimento normativo, como instância de comunicação política aonde é colocada a questão da legitimidade do poder e onde se verifica um debate com vista à produção da deliberação colectiva”, segundo o professor lusitano João Carlos Correia, “...manifesta-se através segmentação dos fenómenos de produção e recepção. Para tal contribuem as “Novas Tecnologias Multimédia”, a Internet, a Televisão por cabo e satélite, a regionalização dos media de massa e a emergência dos fenómenos identitários através da tensão entre o global e o local – uma tensão que percorre transversalmente os domínios da cultura, dos media, da economia e da política”⁹.

No Brasil, a segmentação dos fenômenos de produção (emissão) e recepção de informações experimentou um grande salto, em poucos anos, com mudanças substanciais no perfil da sociedade brasileira, nos vários domínios, cultural, jurídico-político e econômico. O alargamento da atuação dos media ocorreu, nestes últimos tempos, de modo a integrar todos os segmentos sociais. Bom exemplo disto são as TVs institucionais: o cidadão comum, mesmo nos mais afastados rincões do País, assiste, em tempo real, aos debates e votações do Senado Federal, da Câmara de Deputados, das Assembléias Legislativas Estaduais e de algumas Câmaras Municipais, bem assim acompanha os julgamentos inteiros do Supremo Tribunal Federal, oportunidade jamais imaginada por seus antepassados, mesmo aqueles que viveram em passado recente. Essas TVs institucionais, mormente as do Senado, da Câmara e do STF, ainda têm acesso restrito, porquanto não são, ainda, do tipo “aberto”, pois veiculam os seus sinais através de TVs por assinatura, pagos, ou via cabo ou por satélite.

Fala-se amiúde em exclusão digital. Com efeito, se a questão inclusão/exclusão digital estiver circunscrita aos microcomputadores domiciliares, a posição do Brasil não é das melhores. Segundo dados levan-

9 CORREIA, João Carlos. **A fragmentação do espaço público**: novos desafios ético-políticos. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>. Acesso: 04 mar. 2006.

tados pela Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE / PNAD 2003), somente 15,3% (ou 7,5 milhões) dos domicílios brasileiros dispunham de computadores, dos quais apenas 5,6 milhões ou 11,4% desses domicílios tinham acesso à Internet. Outro dado interessante indica que há, no Brasil, aproximadamente 3,8 milhões de usuários da banda larga, em 2005, em relação a 1,9 milhão em 2004 (www.teleco.com.br). Ora, essa questão não se relaciona apenas com a existência de microcomputadores nos domicílios, pois outra media tem igual (ou maior) importância que aqueles, por exemplo televisores e telefones celulares, ambos eficientes meios, também, de inclusão digital. Fato é que, atualmente, o índice de televisores por domicílio, no Brasil, é muito alto. Mesmo que de modo bem empírico, não é absurdo afirmar que, na maioria dos lares brasileiros, mesmo nos bairros populares das cidades, nas favelas que cercam as metrópoles, ou até na zona rural, pode-se até não encontrar uma panela a cozinhar alimentos para a família, mas dificilmente não se deixa de ver um televisor. Com a tecnologia já existente, e até banalizada, a colocação de um simples aparato eletrônico, de baixo custo, possibilitaria a interatividade do cidadão, em típico espaço público virtual, de modo que possa expressar sua opinião sobre diversos aspectos da relação Estado-cidadão, numa grande ampliação do exercício do seu status activus processualis, a que se refere o constitucionalista alemão Peter Häberle.¹⁰

O mesmo se diga relativamente ao acesso do cidadão comum à telefonia móvel, uma vez que algumas dezenas de milhões de aparelhos celulares são utilizadas pela população, graças ao baixo custo de aquisição e pelas taxas de consumo. No Brasil, levantamento referente ao ano de 2005 aponta para um número extraordinário de usuários de telefones celulares, da ordem de 86,2 milhões, em relação a uma população de 184 milhões de habitantes.¹¹ O telefone celular, portanto, oferece amplas possibilidades de interação do Estado com o cidadão, igualmente com uma grande ampliação dos espaços públicos, na construção do que se convencionou chamar, atualmente, de tecnodemocracia, e culmina tudo na advertência de Manoel

10 HÄBERLE, Peter. El Concepto de derechos fundamentales. HÄBERLE, Peter. In: **Problemas Actuales de los Derechos fundamentales**. Madrid: SAUCA, 1994.

11 Disponível em: <<http://www.teleco.com.br>>. Acesso em: 05 mar. 2006.

Castells: “A história da criação e do desenvolvimento da Internet é a história de uma aventura humana extraordinária. Ela põe em relevo a capacidade que têm as pessoas de transcender metas institucionais, superar barreiras burocráticas e subverter valores estabelecidos no processo de inaugurar um novo mundo. Reforça também a idéia de que a cooperação e a liberdade de informação podem ser mais propícias à inovação do que a competição e os direitos de propriedade”.¹²

É todo esse enorme manancial de possibilidades novas, para o progresso da humanidade, que deve ser mobilizado para inserir, na contemporaneidade do mundo globalizado, a atuação in genere do Estado e, especificamente, seu aparato de administração da Justiça. Neste sentido, a atuação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, principalmente os jurisdicionados pelos TRFs das 4ª e 5ª Regiões, a partir do eficiente aporte de tecnologia da informação em suas atividades fins, como já relatado, tem cumprido esse desiderato, sobre de gerar a expectativa de que outros órgãos jurisdicionais, ainda atrelados a arcaicas estruturas político-normativas, possam seguir nessa trilha luminosa que renova o sentido da luta pelo Direito e a busca do ideal da Justiça, tudo como consectários da sobrelevação do princípio da dignidade humana.

3 AS INOVAÇÕES PIONEIRAS, NO CAMPO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, TRAZIDAS NA LEI Nº 10.259/2001 E O “PROCESSO SEM PAPEL” NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS, NO ÂMBITO DO TRF DA 5ª REGIÃO

Indubitável que a Lei nº 10.259/2001 (LJEF), a exemplo de sua co-irmã mais velha, a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, inaugurou um novo período na história das instituições judiciais brasileiras, trazendo admiráveis inovações ao campo do Direito Processual, confirmando uma tendência contemporânea que aponta para simplificações do processo, com maior redução do formalismo, com medida de celeridade e economia processual, com facilitação do acesso à Justiça e, sobre-

12 CASTELLS, Manoel. **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p.14.

tudo, com o aporte de regras e técnicas garantidoras da sua eficiência e efetividade. Claro, antes de tudo vale lembrar que a inspiração dessa Lei foi a premente necessidade de democratização do acesso aos órgãos do Poder Judiciário pelo cidadão comum, em geral detentor de interesses que, por sua expressão econômica pequena, jamais teriam guarida nos juízos e tribunais de cariz tradicional.

A Lei referida criou dúplice órgão jurisdicional: O Juizado Especial Federal Criminal e o Juizado Especial Federal Cível, o primeiro com competência para processo e julgamento de feitos que envolvam apenas as infrações de menor potencial ofensivo¹³ [certidão ou atestado ideologicamente falso (CP, art. 301); falsidade material de atestado ou certidão (CP, art. 301, § 1.º); falsidade de atestado médico (CP, art. 302); falsa identidade (CP, art. 303); peculato culposo (CP, art. 312, § 2.º); emprego irregular de verbas ou rendas públicas (CP, art. 315); corrupção passiva, tipo privilegiado, (CP, art. 317, § 2.º); prevaricação (CP, art. 319); resistência (CP, art. 329); desobediência (CP, art. 330); desacato (CP, art. 331); exercício arbitrário ou abuso de poder (CP, art. 350). Ainda, são de sua competência os crimes de sonegação fiscal previstos na Lei nº 4.729, de 1965, os crimes contra a ordem tributária previstos no art. 2º da Lei n. 8.137, de 1990, além de certos crimes ambientais definidos na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998], enquanto que a competência do segundo é a

13 Por “menor potencial ofensivo” entenda-se os delitos puníveis com penas não superiores a dois anos ou multa. Por esta razão, vários outros delitos da competência da Justiça Federal (furto (CP, art. 155, pena máxima: 4 anos); roubo (CP, art. 157, pena máxima: 10 anos); extorsão (CP, art. 158, pena máxima: 10 anos); apropriação indébita (CP, art. 168, pena máxima: 4 anos); estelionato (CP, art. 171, pena máxima: 5 anos); receptação (CP, art. 180, pena máxima: 4 anos); moeda falsa (CP, art. 289, pena máxima: 12 anos); petrechos para falsificação de moeda (CP, art. 291, pena máxima: 6 anos); falsificação de documento público (CP, art. 297, pena máxima: 6 anos); falsidade ideológica (CP, art. 299, pena máxima: 5 anos); (CP, art. 304, pena máxima: superior a dois anos); fraude de lei sobre estrangeiros (CP, art. 309, pena máxima: 3 anos); peculato (CP, art. 312, pena máxima: 12 anos); extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento (CP, art. 314, pena máxima: 4 anos); concussão (CP, art. 316, pena máxima: 8 anos); excesso de exação (CP, art. 316, § 1.º, pena máxima: 8 anos); corrupção passiva (CP, art. 317, pena máxima: 8 anos); facilitação de contrabando ou descaminho (CP, art. 318, pena máxima: 8 anos); violência arbitrária (CP, art. 321, pena máxima: 3 anos); corrupção ativa (CP, art. 333, pena máxima: 8 anos); contrabando ou descaminho (CP, art. 334, pena máxima: 4 anos); subtração ou inutilização de livro ou documento (CP, art. 337, pena máxima: 5 anos); reingresso de estrangeiro expulso (CP, art. 338, pena máxima: 4 anos); falso testemunho ou falsa perícia (CP, art. 342, pena máxima: 3 anos), estão de fora da competência do Juizado Especial Criminal Federal, o que em muito reduz a sua importância, sendo razoável que, atualmente, seja repensada essa competência raquítica, no sentido de alargá-la, tudo como decorrência da experiência vitoriosa desses nove órgãos jurisdicionais brasileiros.

mesma dos juízos federais de primeira instância, porém, em causas cujo valor seja até sessenta salários mínimos (competência *ratione valorum*), salvo as matérias enumeradas no § 1º do art. 3º, da Lei nº 10.259/2001, que continuam, *ratione materiæ*, no âmbito da competência (absoluta) dos Juízos Federais da Primeira Instância. Interessante notar, ainda sobre o tema, que a LJEF diz, no 3º do mesmo art. 3º, ser absoluta a competência dos Juizados Especiais Federais, o que nem necessitava explicitação, uma vez que, sendo suas competências fixadas em razão do valor e da matéria, são naturalmente absolutas.

No tocante à comunicação dos atos processuais, a Lei nº 10.259/2001 foi efetivamente tímida quando estabeleceu em seu art. 7º que as citações e as intimações da União “serão feitas na forma prevista nos arts. 35 a 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993”, enquanto, no parágrafo primeiro do mesmo art. 7º, determinou fosse a citação “das autarquias, fundações e empresas públicas será feita na pessoa do representante máximo da entidade, no local onde proposta a causa, quando ali instalado seu escritório ou representação; se não, na sede da entidade.” Inovação mesmo veio no 2º, do art. 8º: “§ 2º Os tribunais poderão organizar serviço de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico.” Esta disposição, conjuminada com a do art. 24, da LJEF, possibilitou os exponenciais avanços dos Juizados Especiais Federais, no uso de avançados recursos da tecnologia informacional, de modo que o grosso das comunicações processuais é realizado por meio eletrônico, inclusive através do correio eletrônico (e-mail), desde que previamente cadastrado. Os atos das partes, com superação integral do velho esquema do art. 158, CPC, são igualmente realizados por via eletrônica, a partir do permissivo contido no 2º, do art. 8º, in fine, que refere à “recepção de petições por meio eletrônico”.

Fato é que uma série de dúvidas levantadas com o advento da Lei nº 10.259/2001, como a validade da citação por meio eletrônico, as comunicações processuais via e-mail, a recepção de petições por via eletrônica, a questão do endereço e do domicílio, somente para enumerar algumas das questões alvitradas por Ivan Lira de Carvalho, no artigo citado, foram respondidas pelo sistema implantado nos Juizados Especiais Federais jurisdicionados pelo

TRF da 5ª Região, através de soluções nas quais, decerto, mais peso tiveram os programadores que os juristas. Em suma, são questões superadas.

Diante do desejo de que os sistemas processuais eletrônicos implantados nos JECCF jurisdictionados pelo TRF da 5ª Região, ou por outros TRFs, que estejam no mesmo patamar tecnológico, possam, através de uma ação de genuína imantação, influenciar mudanças na Justiça Federal de Primeira Instância, é de mister rememorar uma circunstância histórica importante: O “processo” trabalhista engendrado, atabalhoadamente, na Consolidação das Leis do Trabalho, foi decisivo para as importantes inovações introduzidas no atual Código de Processo Civil, vigorante a partir de 1974.

Entretanto, ademais desses sistemas informacionais necessitarem de constantes aperfeiçoamentos, o que decerto está a acontecer, faz-se-lhe necessário o aporte de outras tecnologias de informações, como é o caso das certificações eletrônicas, algo imprescindível do ponto de vista da segurança desses sistemas e da sua utilização pelos usuários, mormente as partes e advogados. Com efeito, as chamadas chaves (ou assinaturas) eletrônicas são sistemas informacionais auxiliares que empregam, eficientemente, bem mais recursos criptográficos que os de simples senhas, como é o caso dos utilizados no JECCF/ TFR-5ª Região. Esses sistemas são das tecnologias mais simples: Cada usuário gera um par de chaves, uma pública e outra privada, as quais, após serem combinadas, permitem a assinatura de arquivos ou mensagens com a prova de que foram remetidos. Ademais, mensagens e arquivos podem ser criptografados de modo que somente o destinatário possa abri-los. De modo bem singelo, ensinam Engst e Fleishman, que “as chaves trabalham juntas como peças de um quebra-cabeça – se alguém criptografa algo com sua chave pública, somente com sua chave privada pode abri-lo. E, se assina algo com sua chave privada, somente sua chave pública pode verificar o que você assinou.”¹⁴ Assim, juízes, membros do Ministério Público, advogados públicos e privados

Doutra parte, é relevante notar que a implantação dos sistemas informacionais que deram azo aos processos eletrônicos dos Juizados Espe-

14 ENGST, Adam; FLEISHMAN, Glen. **Kit do iniciante em redes sem fio**: o guia prático sobre redes Wi-Fi para Windows e Macintosh. 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2005. p. 288.

ciais Federais, no âmbito da jurisdição do TRF da 5ª Região, certamente a exemplo que ocorre nas jurisdições de outros TRFs (posto que com graus diferenciados de apropriação de TI), não dependeu de qualquer norma regulamentadora (cujo espécime normativo seria o “provimento”) emanada de qualquer órgão do referido Tribunal, de suas Seções Judiciárias ou mesmo do conjunto de TRFs, a exemplo do que anteriormente já se deu com a Lei nº 9.800/99, como lembra um dos grandes entusiastas da aplicação da tecnologia da informação (TI) ao Direito Processual, Prof. IVAN LIRA DE CARVALHO, no artigo já antes referido, *verbis* “Rememore-se que com o advento da Lei 9.800/99, popularizada como Lei do Fax, a efetiva implantação de serviços de recepção de petições e documentos pela via eletrônica (tema que ainda será ferido no curso do presente trabalho) não dependeu de provimento regulamentador centralizado nos tribunais. Ao que consta, o pioneirismo desses serviços, no âmbito da Justiça Estadual, à 1ª Vara Criminal da Comarca de Campinas, São Paulo, sob a presidência do Juiz Edison Aparecido Brandão e na seara da Justiça Federal de Primeira Instância à Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, pelo então Diretor do Foro em exercício, Juiz Manuel Maia de Vasconcelos Neto.”

Posto que possa ser entendida como algo interessante essa ausência de regulamentação do processo eletrônico que tem aplicabilidade nos JECCF jurisdicionados pelo TRF da 5ª Região, ou noutras regiões, paradoxalmente foi ela inquinada de “perigosa”, aqui, como explicitamos anteriormente. Talvez haja algum exagero de nossa parte nessa posição, pois, certamente, se os juízes dos dois níveis de jurisdição do TRF da 5ª Região estivessem a esperar um provimento regulamentador centralizado, isto é, emanado de algum colegiado de âmbito nacional (colégio de presidentes de TRFs, alguma comissão unificadora, o Conselho da Justiça Federal ou mesmo algum órgão vinculado mais diretamente ao Superior Tribunal de Justiça), certamente não haveria os positivos avanços ora observados.

No entanto, impende lembrar que o “regionalismo processual” foi abolido, no Brasil, nos fins dos anos ‘30 do século passado, tudo por obra do jurista Francisco Campos, o “Chico Ciência”, que, na condição de condestável da ditadura getuliana, “pariu” o Código de Processo Civil de 1939, atualmente revogado, e para o Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº

3.689, de 03 de outubro de 1941), ainda em vigor. A “nacionalização” do Direito Processual, em seus ramos mais definidos, parece que teve um efeito benfazejo para o seu próprio desenvolvimento científico, isto sem falar nos benefícios que trouxe aos jurisdicionados e operadores do Direito. Aliás, são consabidas as enormes dificuldades que a regionalização do Direito Processual traria, sobretudo para os advogados, como ocorre nos Estados Unidos da América, onde cada Estado-membro tem a sua “Procedural Law”, em matéria cível, criminal, administrativa, financeiro-tributária etc., de modo que as diferenças entre eles no tocante aos processos e procedimentos tornam a advocacia bem difícil de ser exercida, pelo mesmo profissional, em várias unidades federativas.

Com esta colocação, e à guisa de conclusão, defendemos a unificação nacional dos processos eletrônicos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais Federais, pouco importando que ela se dê mediante provimento regulamentador nacionalmente centralizado, ou por decisão informal dos gestores dos TRFs, até mesmo com adoção de recursos criptográficos mais avançados que os atualmente utilizados – assinaturas ou chaves eletrônicas, estruturas verificadoras etc. -, que proporcionem maior segurança aos sistemas, tudo com o desiderato maior de incrementar o desenvolvimento dos processos eletrônicos, no Brasil, a partir de uma (certamente) rica troca de experiências entre os operadores desses sistemas informacionais, sobretudo, porque passarão a constituir-se um grande reforço à garantia do cidadão quanto ao acesso à Justiça, ademais desse conhecimento novo, ou seja, o incorporar-se ao patrimônio cultural do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. **Tela total**: mito-ironias da era do virtual e da imagem. Porto Alegre: Sulinas, 1997.

CASTELLS, Manoel. **A era da informação**: Economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede. v.1.

_____. **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CARVALHO, Ivan Lira de. Os Juizados Especiais Federais e as comunicações processuais eletrônicas. Aspectos da Lei nº 10.259/2001. **Jus Navigandi**, Teresina, a. 6, n. 53, jan. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2501>>. Acesso em: 25 fev. 2006.

CORREIA, João Carlos. **A fragmentação do espaço público**: novos desafios ético-políticos. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 04 mar. 2006.

DRUCKER, Peter. **Exame Digital**. O e-Commerce vai entregar? Na era do comércio eletrônico, a diferença entre uma empresa e outra estará na qualidade da distribuição. Exame/The Economist. São Paulo, Abril, p. 53-54, 22 dez. 1999. In: MALTA, Maria Lúcia Levy. **Direito da Tecnologia da Informação**. Campinas: Edicamp, 2002.

ENGST, Adam; FLEISHMAN, Glen. **Kit do iniciante em redes sem fio**: o guia prático sobre redes Wi-Fi para Windows e Macintosh. 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2005.

HÄBERLE, Peter. El Concepto de derechos fundamentales. In: **Problemas Actuales de los Derechos fundamentales**. Madrid: SAUCA, 1994.

LÉVY, P. **O que é virtual?**. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia Ed., 1999;

_____. **Tecnopólio**: a rendição da cultura à tecnologia. São Paulo: Nobel, 1994;

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. Tradução e apresentação de José Arthur Gianotti. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

Correspondência | Correpondence:

Paulo Afonso Linhares

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Avenida Ayrton Senna, 4241, Neópolis, CEP 59.088-100. Natal, RN, Brasil.

Fone: (84) 3207-8789.